



Boletim Informativo nº. 05/2019

Cuiabá/MT, 01 de outubro de 2019.

1. NOVIDADES LEGISLATIVAS

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[LEI Nº 13.872, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019](#) – Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 895, DE 6 DE SETEMBRO DE 2019](#) – Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de quinze a vinte e nove anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e dá outras providências.

[MEDIDA PROVISÓRIA nº 894, de 4 DE SETEMBRO DE 2019](#) – Institui pensão especial destinada a crianças com microcefalia decorrente do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada.

[DECRETO Nº 10.003, DE 4 DE SETEMBRO DE 2019](#) – Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

[DECRETO Nº 10.014, DE 6 DE SETEMBRO DE 2019](#) – Altera o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

[PROJETO DE LEI Nº 5012, DE 2019](#) – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de tornar obrigatória a realização de exames para diagnóstico de anormalidades congênitas, nas condições que especifica.



[PROJETO DE LEI Nº 4684, DE 2019](#) – Altera o art. 229 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a troca de recém-nascido como causa de aumento de pena.

[PROJETO DE LEI Nº 4304, DE 2019](#) – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para criar lista nacional de condenados por crimes que envolvam atos de pedofilia para acesso dos órgãos de segurança pública.

[PROJETO DE LEI Nº 4230, DE 2019](#) – Altera o § 7º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer como causa especial de aumento de pena para o crime de feminicídio a circunstância de ser a vítima mãe ou responsável por criança ou adolescente menor de idade ou, qualquer que seja a sua idade, se deficiente ou portador de necessidades especiais.

[PROJETO DE LEI Nº 4275, DE 2019](#) – Revoga a chamada Lei da Palmada e cria seis deveres para crianças e adolescentes, entre eles, respeitar pais e responsáveis. A proposta tramita na Câmara dos Deputados.

2. MP/MT EM AÇÃO

Programa Vida Plena promove palestra de prevenção ao suicídio

Neste exato momento que você está lendo esta matéria uma pessoa, em algum lugar do planeta, está tirando a própria vida. Assustador não é mesmo? Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que a cada 40 segundos uma pessoa comete suicídio no mundo, o que representa cerca 1 milhão de mortes por ano. Por mais que este seja um tema delicado e que as pessoas ainda tenham grande resistência em discuti-lo ele é real. O suicídio não escolhe idade, classe social, religião ou país, ele está em todos os lugares e não pode ser ignorado. Para ler mais, [clique aqui](#).

14ª Promotoria de Justiça inspeciona casas lares de Cuiabá

A Promotoria da Infância e Juventude de Cuiabá está inspecionando as instituições de acolhimento da Capital, ao longo do mês de setembro. Nesta terça-feira (10), a promotora de Justiça Valnice Silva dos Santos e a equipe psicossocial da promotoria vistoriaram as casas da Criança Cuiabana II, III e V. O objetivo é verificar pessoalmente os serviços de acolhimento institucional, a infraestrutura das unidades e a situação de cada criança e adolescente. Atualmente existem 78 acolhidos nas sete casas lares de Cuiabá em razão de situação de risco (abandono, negligência, violência) e vulnerabilidade social. Desse total, somente oito estão aptos à adoção. Para ler a matéria completa, [clique aqui](#).



Curso de mediação escolar inicia aulas práticas em seis escolas

Vinte e dois profissionais da Educação iniciam esta semana, em Cuiabá, as aulas práticas do curso de Mediação Escolar nas unidades de ensino que apresentam situações críticas em relação à quantidade de conflitos. Seis escolas estaduais foram contempladas com o projeto: Pascoal Ramos, Francisco Alexandre Ferreira Mendes, Leovegildo de Melo, Deputado Emanuel Pinheiro, Tancredo de Almeida Neves e André Avelino Ribeiro. Para ler mais, [clique aqui](#).

Equipes fazem abordagem social de famílias venezuelanas com crianças

Após provocação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), ao longo desta semana foi deflagrada ação emergencial para abordagem social de famílias venezuelanas com crianças pelas ruas de Cuiabá. O trabalho consiste em abordar as famílias, fazer um levantamento de quantas crianças estão fora da escola, de quem precisa de ajuda com documentação, trabalho ou moradia, e, sobretudo, orientar os imigrantes sobre a lei brasileira de proteção integral da criança e do adolescente. Para acessar a íntegra da matéria, [clique aqui](#).

Prevenção Começa na Escola atende alunos da rede pública e particular

Cerca de dois mil alunos da rede pública e particular do município de Alto Taquari (a 479km de Cuiabá) serão atendidos pelo projeto “Prevenção Começa na Escola” e beneficiadas com as intervenções culturais nas escolas nesta segunda (02) e terça-feira (03). O objetivo é sensibilizar crianças e adolescentes sobre questões relacionadas a violência, abuso sexual, bullying, racismo, entre outras práticas comuns no ambiente escolar. Professores e pais também são convidados a participar. Para ler mais, [clique aqui](#).

Central busca conciliação para reformas de escolas em Nova Xavantina

A Procuradoria de Justiça Especializada da Cidadania e do Consumidor realizou nesta quinta-feira (26) a 12ª Audiência de Autocomposição. Na pauta, a busca por soluções das deficiências estruturais das escolas estaduais Coronel Vanique e Arlindo Estilac Leal, localizadas no município de Nova Xavantina (distante 651 Km de Cuiabá). Para ler mais, [clique aqui](#).

Brinquedoteca atende 700 crianças em um ano de funcionamento

Em apenas um ano de existência, a brinquedoteca instalada na sede das Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e Juventude de Cuiabá realizou aproximadamente 700 atendimentos. O espaço



humanizado atende crianças em situação de risco, que chegam acompanhados dos pais, responsáveis ou membros do Conselho Tutelar. Para ler mais, [clique aqui](#).

Ação requer pleno atendimento em CAPS para crianças e adolescentes

Em Mirassol D'Oeste (distante 295 Km de Cuiabá), o Ministério Público do Estado de Mato Grosso ingressou com ação civil pública, com pedido de liminar, requerendo ao Poder Judiciário que estabeleça o prazo de 60 dias para que o Município forneça o pleno atendimento no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) às crianças e adolescentes que apresentam transtornos psicológicos. Para ler a matéria completa, [clique aqui](#).

Para fazer o download da petição inicial, clique aqui ([WORD](#) ou [PDF](#)).

Atuação do MPMT estimula criação de Departamento de Proteção Especial

Com apoio e estímulo do MPMT, o município de Nova Monte Verde criou em agosto do corrente ano o Departamento de Proteção Social Especial com objetivo de promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a superação de padrões de relacionamento violadores de direitos, a potencialização da função protetiva da família e sua inserção em uma rede de proteção que favoreça a superação vivenciada e a construção de novos projetos de vida. A unidade é composta por uma assistente social e uma psicóloga, além de equipe técnica vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Conforme o promotor de Justiça Cleuber Alves Monteiro Júnior, que atua nas Promotorias de Apiacás e de Nova Monte Verde, tudo foi realizado com base no diálogo e respeitando as dificuldades e limitações orçamentárias do Município. “A implantação da equipe mínima é um grande passo na efetivação e fortalecimento da Rede de Proteção em busca da diminuição das vulnerabilidades sociais e do atendimento adequado das situações de violação de direitos”, afirmou. Para ler mais, [clique aqui](#).

3. NOTÍCIAS ATUAÇÃO DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MP/PR

O MPPR vai acompanhar efetivação de lei que prevê merenda 100% orgânica. Até 2030, 100% da alimentação oferecida aos alunos da rede pública estadual do Paraná deverá ser de produtos orgânicos. Essa determinação passou a valer nesta terça-feira, 3 de setembro, com a regulamentação da Lei Estadual 6.751, de 2010. ([Clique aqui](#))



MP/GO

“Projeto de Volta para Casa” busca reinserção social de adolescentes infratores em Anápolis. O MP/GO, por meio da 17ª Promotoria de Justiça de Anápolis, fará o lançamento, no dia 12 de setembro, do Projeto de Volta para Casa. Por iniciativa do promotor Tommaso Leonardi, que atua em substituição na 17ª Promotoria, o projeto vai promover palestras sobre temas importantes para a reinserção social dos adolescentes envolvidos na prática de atos infracionais. ([Clique aqui](#))

MP/MG

União de esforços e o desenvolvimento de ações articuladas para ampliar as oportunidades de inclusão de adolescentes e jovens em condição de vulnerabilidade, especialmente aqueles em cumprimento ou egressos de medidas socioeducativas, em situação de acolhimento institucional ou resgatados de situação de trabalho infantil, em programas de aprendizagem e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou de qualificação profissional, em todo o estado de Minas Gerais.

Esse é o principal objetivo do Programa Descubra, um acordo de cooperação interinstitucional do qual faz parte o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), como integrante do comitê gestor. ([Clique aqui](#))

MP/RJ

O MP/RJ, por meio do CAO Infância/MPRJ, em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), divulgou hoje o primeiro relatório da pesquisa sobre o “Perfil dos adolescentes e jovens em conflito com a lei no município do Rio de Janeiro”. O levantamento foi realizado a partir da análise dos dados coletados nas oitavas informais realizadas pelas 1ª a 4ª Promotorias de Justiça da Infância e Juventude (Matéria Infracional) da Capital em todo o ano de 2018. ([Clique aqui](#))

MP/RS

MPRS lança filme e chatbot em campanha de Prevenção ao Compartilhamento de Imagens íntimas de Crianças e Adolescentes. ([Clique aqui](#))

Projeto “Álcool, tô fora – Por uma cultura de paz” venceu na categoria Educação

De iniciativa da promotora de Justiça de Tapera, Marisaura Inês Raber Fior, o projeto “Álcool, tô fora – Por uma cultura de paz” foi a iniciativa vencedora na categoria Educação do 3º Prêmio Boas



Práticas. A premiação ocorreu no dia 5 de julho, no 39º Congresso de Municípios do Rio Grande do Sul, promovido pela Federação das Associações de Municípios do RS (Famurs), em Bento Gonçalves. ([Clique aqui](#))

MPF e DPU

O MPF e a DPU moveram ação civil pública, com pedido de liminar, para anular a Resolução 293/2019 do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro. A norma proibiu os profissionais médicos de observar e atender planos de parto e demais documentos pelos quais a gestante registra suas disposições de vontade acerca do procedimento. ([Clique aqui](#))

4. NOTÍCIAS TRIBUNAIS SUPERIORES

Decisão da 3ª Turma: Juiz não pode, de ofício, mudar rito de execução de alimentos. Cabe ao credor a escolha do rito de execução de alimentos, podendo optar pelo procedimento que permita ou não a prisão do devedor. Uma vez escolhido, cabe ao juiz seguir, sendo vedado ao magistrado alterar o rito de ofício. ([Clique aqui](#))

Decisão da 4ª Turma: Prisão por condenação penal justifica não pagamento de pensão. A prisão por condenação penal justifica a impossibilidade temporária de pagar pensão alimentícia. O entendimento foi aplicado pela 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao afastar ordem de prisão civil decretada em virtude do não pagamento de pensão ao filho maior de idade, que é estudante. ([Clique aqui](#))

Decisão 2ª Turma: manteve acórdão do TJSP que condenou o município de Guarulhos (SP) a pagar pensão vitalícia e indenização por danos morais de R\$ 20 mil a uma criança que, após receber injeção em posto médico administrado pela prefeitura, sofreu danos permanentes na perna em que a medicação foi aplicada. A decisão foi unânime. ([Clique aqui](#))

Leia o [acórdão](#).

Decisão 2ª Turma: Estado de Minas Gerais é condenado a pagar indenização de R\$ 1 milhão por danos morais coletivos, pelo fato de ter transferido para prisão comum jovens que completaram 18 anos durante o cumprimento de medidas socioeducativas. ([Clique aqui](#))



Decisão 6ª Turma: assédio sexual pode ser caracterizado entre professor e aluno. A Sexta Turma do STJ, por maioria, entendeu que o crime de assédio sexual – definido no artigo 216-A do Código Penal (CP) e geralmente associado à superioridade hierárquica em relações de emprego – pode ser caracterizado no caso de constrangimento cometido por professores contra alunos. ([Clique aqui](#))

Corte Especial do STJ homologa sentença estrangeira de adoção sem citação/consentimento do pai biológico, que não foi localizado pela justiça estrangeira para citação na ação. ([Clique aqui](#))

STF: Ações questionam decretos que alteraram composição de Conselhos Nacionais da Criança e do Meio Ambiente. ([Clique aqui](#))

STJ diverge sobre adoção de netos pelos avós; especialistas comentam. ([Clique aqui](#)).

5. INFORMATIVOS DE JURISPRUDÊNCIA

Informativo 946 – STF – É possível a inclusão de dupla paternidade em assento de nascimento de criança concebida mediante as técnicas de reprodução assistida. ([Versão completa](#) ou [versão resumida](#))

6. NOTÍCIAS TJ/MT

CUIABÁ

Judiciário de Mato Grosso desenvolve ações com foco no ‘Setembro Amarelo’

No Brasil, a cada 45 minutos uma pessoa tira a própria vida. É preciso um olhar atento e, por isso, o Poder Judiciário de Mato Grosso apoia a campanha ‘Setembro Amarelo’, que tem como foco a prevenção do suicídio e a importância de se falar sobre o assunto. Ações estão sendo desenvolvidas desde o início do mês, na Capital e em todas as Comarcas do interior, como a iluminação da sede do Tribunal de Justiça e distribuição de panfletos, como forma de conscientização. Para ler a matéria completa, [clique aqui](#).



Setembro amarelo: conversar é a melhor prevenção contra o suicídio

“Quando uma pessoa pensa em suicídio ela quer matar a dor, mas nunca a vida”. As palavras do psicanalista e escritor, Augusto Cury, estão nos panfletos que fazem parte da campanha do Programa do Bem Viver do Poder Judiciário de Mato Grosso. Ela pretende desmistificar um tema muito sério, que é o suicídio. Compreender verdades e mitos sobre o tema pode salvar muitas vidas. Informações, o telefone de serviços profissionais e a palestra “A vontade de ser feliz – A vida é a melhor escolha”, com o psicólogo Afro Stefanini, que será realizada no dia 18 de setembro (quarta-feira), às 10 h, no Auditório Gervásio Leite, na sede do TJMT, serão algumas das ações durante a Campanha #Setembro Amarelo, no mês mundial de prevenção ao suicídio. Para acessar a matéria na íntegra, [clique aqui](#).

Verde Novo forma pomar para crianças de creche em Cuiabá

Um novo pomar foi plantado hoje no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Joana Mont Serrat Spindola Silva, no bairro CPA III, em Cuiabá. A ação foi realizada na manhã desta quinta-feira (5 de setembro) pelo projeto Verde Novo, desenvolvido pelo Juizado Volante Ambiental de Cuiabá (Juvam). Na ocasião, foram plantadas mudas de ingá, tamarindo, amora, goiaba e pitomba. Depois de crescidas, além de produzir alimento para as crianças, as árvores vão gerar sombra no parque que fica bem próximo à plantação. Para ler a matéria completa, [clique aqui](#).

Hospital filantrópico é condenado a indenizar criança que sofreu lesão neurológica no parto

Justiça de Mato Grosso condena hospital universitário filantrópico de Cuiabá ao pagamento de indenização de R\$ 300 mil a título de danos materiais, além de pagar pensão vitalícia, no valor de um salário mínimo, para um bebê que sofreu lesão neurológica grave irreversível em decorrência de problemas no parto. Para ler mais, [clique aqui](#).

Alerta sobre cuidados ao usar redes sociais é feito pelo Nosso Judiciário a estudantes

Um bate-papo sobre os perigos de postagens na internet, o que pode ser considerado bullying, ameaça, ou preconceito. Temas do cotidiano que foram debatidos pelo técnico judiciário Neif Feguri, um dos coordenadores do projeto Nosso Judiciário, com estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual Salim Felício, do bairro Parque Cuiabá, na Capital. Para ler mais, [clique aqui](#).



ALTO ARAGUAIA

Projeto do Judiciário em Alto Araguaia incentiva crianças ao estudo e um futuro melhor

Rafael tem 12 anos e como todo menino de sua idade passa grande parte da semana correndo atrás de uma bola no contraturno da escola. A diferença é que a bola que ele persegue tem cor definida (amarela), não tem costura, tem diâmetro médio de 6,6 centímetros, não pesa mais que 58 gramas e só pode ser jogada com uma raquete. Ele ama o tênis e não abre mão do esporte. Para ler a matéria completa, [clique aqui](#).

ARAGUAINHA

Araguaia Cidadão realiza mais de 36 mil atendimentos na 1ª fase e se prepara para nova etapa

A primeira fase do projeto de inclusão social do Poder Judiciário “Araguaia Cidadão” realizou 36.161 atendimentos em uma semana de expedição e 1500 quilômetros percorridos. O número, bastante expressivo, se soma a 4,6 toneladas de roupas doadas às pessoas carentes e ainda a 1 tonelada de lixo recolhido das margens do Rio Araguaia, em Pontal do Araguaia. Para ler mais, [clique aqui](#).

ROSÁRIO OESTE

Justiça Comunitária leva atendimentos para famílias de Rosário Oeste

Mais de 200 famílias de sete localidades do município de Rosário Oeste (128 km ao norte de Cuiabá) foram atendidas em uma ação realizada pela Justiça Comunitária, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, no sábado (7 de setembro). Mais uma vez os parceiros deram as mãos e se uniram com o propósito de fazer o bem, levando serviços sociais, de lazer e cultura, assistência social, saúde, beleza e doações roupas e calçados. Para ler a íntegra, [clique aqui](#).

COLÍDER

Menores que cumprem medida socioeducativa em Colíder participarão de cursos profissionalizantes.

Menores que estão em processo de ressocialização na região de Colíder (650 km ao norte da Capital) ganharão uma chance de aprendizado profissional. Ao todo 14 jovens que cumprem remissão ou que tem medidas socioeducativas para cumprir – como prestação de serviços à



sociedade – foram inscritos em cursos nas áreas de serviços, comércio, indústria e tecnologia. A oportunidade é fruto do projeto “Formar para Socializar”, desenvolvido em parceria entre o Poder Judiciário de Mato Grosso e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Estadual e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Subseção Colíder. Para acessar a notícia na íntegra, [clique aqui](#).

7. NOTÍCIAS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DE OUTROS ESTADOS

TRF 1ª Região

A 1ª turma do TRF da 1ª região negou provimento a apelação do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes contra sentença assegurou prorrogação da licença maternidade por mais 84 dias à servidora que teve parto prematuro. Para ler a matéria completa, [clique aqui](#).

TRF da 3ª Região

A 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP e MS), por unanimidade, negou provimento a apelação do INSS e confirmou a sentença que reconheceu o pedido de concessão do benefício previdenciário de salário-maternidade ao pai solteiro de um casal de gêmeos concebidos por meio de um procedimento de fertilização in vitro. Para ler mais, [clique aqui](#). Clique [aqui](#) para ler a decisão.

TJ/DF

A 7ª Turma Cível do TJDF manteve, por unanimidade, sentença da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal, que julgou procedente pedido para decretar a perda do poder familiar dos genitores em relação aos filhos e determinar o cadastramento dos menores em lista de adoção, tendo em vista negligência familiar e indícios de abuso sexual contra as crianças. ([Clique aqui](#))

Combinação de terapia e prática esportiva apresenta resultados positivos com crianças acolhidas. Leia mais, clicando [aqui](#).

Cinco crianças do projeto de adoção da VIJ-DF estão em processo de aproximação com famílias. Leia mais, clicando [aqui](#).



TJ/GO

Criança poderá ter duas mães e dois pais no registro civil. O Magistrado reconheceu a multiparentalidade. Criança mora com os tios-avós desde quando tinha 2 anos. O juiz Mábio Antônio Macedo, da 5ª Vara de Família e Sucessões de Goiânia/GO, determinou que uma criança tenha em seu registro os nomes da mãe e do pai biológicos e da tia-avó e do tio-avô, pais socioafetivos. Leia a matéria na íntegra clicando [aqui](#).

A juíza Luciane Cristina Duarte da Silva, em substituição na 1ª Vara de Família da comarca de Goiânia, autorizou a realização do procedimento cirúrgico de vasectomia em um jovem incapaz portador de Síndrome de Down e de desenvolvimento retardado em grau grave. Para ler mais, [clique aqui](#).

TJ/TO

Homem é condenado por tentar matar filho recém-nascido envenenado para não pagar pensão. Fernando Henrique de Andrade foi condenado a mais de 14 anos de prisão por tentar matar o próprio filho recém-nascido. O crime ocorreu em janeiro de 2006, no norte do estado. Conforme o Tribunal de Justiça, o homem tentou matar a criança para ficar livre da obrigação de pagar pensão e não criar constrangimento com a mulher com quem planejava se casar. Ele ainda pode recorrer da decisão. Para ler a matéria completa, [clique aqui](#).

TJ/RJ

Azul indenizará por impedir embarque de filho adotivo de casal homoafetivo.

A Justiça do RJ condenou a companhia aérea Azul a indenizar em decorrência de impedimento no embarque de filho adotivo de um casal homoafetivo. A juíza de Direito Juliana Leal de Melo fixou dano moral de R\$ 5 mil para cada membro da família e dano material pelo gasto com o voo perdido. Leia a matéria na íntegra clicando [aqui](#).

Veja a [sentença](#).

Desembargador proíbe município do Rio de Janeiro de reduzir jornada escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (Lei 9.394/1996) estabelece carga horária mínima de 200 dias e 800 horas de aula por ano. A jornada mínima diária deve ser de quatro horas para o turno parcial e sete horas para o turno integral. Devido aos dias de Centros de Estudos Parciais, o município do Rio de Janeiro não está cumprindo as regras da lei. Leia mais clicando [aqui](#).



[Clique aqui](#) para ler a decisão.

TJ/SP

Homologado primeiro acordo de parentalidade em SP.

A Justiça de SP homologou recentemente o primeiro acordo de parentalidade do Estado. Um casal, que divergia no exercício parental da filha, conseguiu chegar a um consenso quanto aos direitos e obrigações com a criança. A decisão teve aval do juiz Rodrigo de Azevedo Costa, da 1ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó. Leia a matéria na íntegra clicando [aqui](#).

TJ/SC

Estudante que sofreu bullying em escola municipal será indenizado.

Um rapaz que sofria bullying em escola municipal de Joinville/SC será indenizado, por danos morais e materiais, pelo município. Decisão é do juiz de Direito Roberto Lepper, da 2ª vara da Fazenda Pública de Joinville/SC. Leia mais clicando [aqui](#).

TJ/RS

Negada revogação de registro espontâneo de paternidade.

Desembargadores que integram a 8ª Câmara Cível do TJRS mantiveram decisão sobre negatória de paternidade e certidão de nascimento da criança não será alterada. O autor da ação registrou voluntariamente um menino que não era seu filho e, 10 anos depois, pediu para retirar seu nome como pai da certidão. A Justiça negou. Leia mais clicando [aqui](#).

TJ/RO

Justiça de Rondônia permite que casal cultive maconha para tratamento de filha. Também determinou que autoridades policiais não poderão impedir o ato.

A 1ª vara do Juizado Especial Criminal do TJ/RO concedeu permissão para os pais de uma criança diagnosticada com autismo e graves crises de epilepsia cultivarem maconha (cannabis sativa) para fins medicinais. ([Clique aqui](#)). Veja a [decisão](#).



TJ/SC

Estado terá de indenizar mãe após morte de bebê em maternidade da Capital

A morte de um bebê recém-nascido em Florianópolis, ocorrida em decorrência da evolução de uma infecção, levou a Justiça a determinar que o Estado indenize a mãe da criança no valor de R\$ 100 mil, a título de danos morais. O caso ocorreu em 2015, após quatro atendimentos em uma maternidade pública da Capital. De acordo com os autos, o diagnóstico da moléstia ocorreu de maneira, aparentemente, tardia e o agravamento do quadro poderia ser evitado caso a unidade tivesse investigado o problema através da pronta realização de exames minuciosos. ([Clique aqui](#)).

8. NOTÍCIAS E ATUAÇÃO DO CNJ

CNJ conclui diagnóstico de Coordenadorias de Infância e Juventude

Em 25 tribunais de Justiça dos estados brasileiros, os magistrados que atuam nas Coordenadorias de Infância e Juventude não desempenham essa atividade de forma exclusiva, pois acumulam o exercício com as atividades em suas varas de origem. O dado consta de levantamento realizado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ) a pedido do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj). Para ler mais, [clique aqui](#).

CNJ – Primeira Infância: seminário reunirá profissionais da Região Sudeste

Estão abertas até o próximo dia 20 de novembro as inscrições para o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sudeste. O evento, que acontece em São Paulo nos dias 2 e 3 de dezembro, integra o projeto “Justiça Começa na Infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”. Para ler mais, [clique aqui](#).

CNJ – Representantes do Executivo destacam ações a favor da primeira infância

O segundo dia do “Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Norte” foi aberto, nesta sexta-feira (20/9), em Manaus, com a exposição de projetos de atenção a crianças de zero a 6 anos de idade, que vêm sendo desenvolvidos com sucesso por entidades governamentais e não governamentais na Região Norte do país. Para ler mais, [clique aqui](#).



CNJ – Criança não precisa de autorização judicial para viagens nacionais

É dispensável autorização judicial para que crianças ou adolescentes viajem desacompanhados pelo território nacional. Assim como em relação às viagens internacionais, é preciso apenas a autorização dos pais, com firma reconhecida. O entendimento está em resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça nesta terça-feira (10/9). Para ler mais, [clique aqui](#).

CNJ: Apoio técnico 24h a decisões sobre urgências médicas começa a funcionar

A equipe de atendimento conta com 180 médicos selecionados pelo Hospital Albert Einstein para atuar durante 24 horas por dia, sete dias por semana. Diego Dezorzi foi o primeiro magistrado a acionar o NAT-JUS Nacional, após ler sobre a implantação do serviço no Portal do CNJ. “Me cadastrei no site. Quase simultaneamente chegaram dois pedidos de medicamentos aqui na Vara. Solicitei a posição do NAT-JUS Nacional para poder decidir com mais segurança. Fiz um dos pedidos de manhã e, ao final da tarde, a resposta já estava disponível”, disse o magistrado. Para ler a matéria completa, [clique aqui](#).

CNJ permite alterar sobrenome dos pais sem decisão judicial

A modificação do nome do genitor no registro de nascimento e no de casamento dos filhos, em decorrência de casamento, separação, divórcio, pode ser requerida em cartório, mediante a apresentação da respectiva certidão. É o que determina o Provimento 82/2019 da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça. Para ler mais, [clique aqui](#).

CNJ – Processo “Adoção na Passarela” é arquivado com recomendações do corregedor

O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, determinou o arquivamento de pedido de providências instaurado para que a Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Mato Grosso prestasse informações a respeito de desfile com crianças que estão na fila de adoção, realizado em um shopping de Cuiabá, no último mês de maio. Para ler mais, [clique aqui](#).



9. NOTÍCIAS E ATUAÇÃO DO CNMP

Plenário do CNMP indica presidentes das comissões da infância e juventude, do meio ambiente e da Enasp

Por unanimidade, o Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público indicou, nesta terça-feira, 24 de setembro, durante a 14ª Sessão Ordinária de 2019, o conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Junior para presidir a Comissão da Infância e Juventude (CIJ) do CNMP. Para ler mais, [clique aqui](#).

CNMP apoia concurso do PNUD sobre propostas de jogos digitais contra corrupção

Com o apoio do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lança concurso para recebimento de propostas para elaboração de jogos digitais que visam à transparência, à participação social e à prevenção da corrupção. As inscrições ocorrem até o dia 13 de outubro. Para ler mais, [clique aqui](#).

Conselheiro do CNMP discute situação do sistema socioeducativo de Pernambuco com a Funase

Nesta quinta-feira, 5 de setembro, o presidente da Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (CIJ/CNMP), conselheiro Leonardo Accioly, recebeu, em Recife-PE, a diretora presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), Nadja Maria Alencar. Para ler a matéria completa, [clique aqui](#).

Levantamento do CNMP indica que há superlotação em unidades de atendimento socioeducativo no Brasil

No Brasil, há 18.086 adolescentes e jovens em cumprimento de internação por tempo indeterminado em instituições socioeducativas e 16.161 vagas, o que causa um déficit de quase duas mil vagas. Se for considerada, ainda, a média de pedidos pendentes mensais, o déficit é de quase 5 mil vagas. O levantamento consta da publicação “Panorama da execução dos programas socioeducativos de semiliberdade e internação nos Estados brasileiros e no Distrito Federal”, lançada nesta segunda-feira, 23 de setembro, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília. Para ler mais, [clique aqui](#).



CNMP recebe iluminação especial em apoio à campanha Setembro Amarelo

Como forma de marcar a adesão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) à campanha Setembro Amarelo, que trata da prevenção ao suicídio, o edifício-sede da Casa recebe, nesta segunda-feira, 2 de setembro, a iluminação nesta cor. A fachada contará com o efeito especial até o próximo dia 30. Para ler mais, [clique aqui](#).

10. ARTIGOS

“(In)adequação da superação do trânsito em julgado da destituição de poder familiar para colocação em família substituta com fins de adoção”, escrito por Caroline Teixeira Marinho, advogada e Pedro de Souza Fialho, defensor público do Estado da Bahia, titular da 8ª Defensoria Pública da Criança e do Adolescente (DEDICA) da comarca de Salvador. [\(Clique aqui\)](#).

“Suicídio – Por que eu preciso saber sobre prevenção e importância?”, escrito por Pietro Navarro Portela, Graduado em Ciências Sociais pela UNICAMP, atuando como gerente de conteúdo do CENAT. Tem experiência com as áreas de Marketing Digital, Psicologia e Sociologia. [\(Clique aqui\)](#)

“Judicialização indiscriminada compromete o sistema de saúde brasileiro”, escrito Luiz Augusto Ferreira Carneiro, economista e atuário. Mestre em Economia pela EPGE/FGV-RJ e PhD em Ciências Atuariais pela University of New South Wales Sydney, Austrália. [\(Clique aqui\)](#).

“Desospitalização por iniciativa do hospital”, escrito por Matheus Torres Dias, sócio fundador do escritório Torres, Machado & Conrado Sociedade de Advogados. [\(Clique aqui\)](#).

“Comentários sobre relativização da coisa julgada e ação rescisória”, escrito por Arnaldo Lima e Barbosa Moreira Advogados e Consultores e ministro aposentado do STJ. [\(Clique aqui\)](#).



“Depoimento especial ou perícia por equipe técnica interdisciplinar: na busca da melhor alternativa para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência”, escrito por Murillo José Digiácomo, procurador de justiça do MP/PR. ([Clique aqui](#)).

“Natureza jurídica do embrião”, escrito por Eudes Quintino de Oliveira Júnior, promotor de justiça aposentado/SP, mestre em direito público, pós-doutorado em ciências da saúde, reitor da Unorp, advogado. ([Clique aqui](#))

“Adolescentes, medidas socioeducativas e direitos fundamentais”, escrito por Luiz Edson Fachin, ministro do STF e do TSE; Suzana Massako Hiram Loreto de Oliveira, juíza de Direito Substituta em Segundo Grau do TJPR e juíza instrutora em gabinete de ministro do STF e Fernando Quadros da Silva, desembargador do TRF-4ª Região e juiz instrutor em gabinete de ministro do STF. ([Clique aqui](#))

“Como o Bullying afeta a Vida e Saúde Mental da criança e do adolescente”, escrito por Pietro Navarro Portela. ([Clique aqui](#))

“Por que a Saúde Mental deve ser uma prioridade do Governo Federal?”, escrito por Pietro Navarro Portela. ([Clique aqui](#))

“As Oficinas Terapêuticas: Uma abordagem alternativa dos CAPS em favor da Saúde Mental”, escrito por Pietro Navarro Portela. ([Clique aqui](#))

Boletim Informativo do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Equipe do CAO:

Márcio Florestan Berestinas – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Infância e Juventude

Paulo Roberto Jorge do Prado – Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente

Rita de Cássia Arnaut Amadio – Analista Jurídica

Lucas Blanco Bezerra – Auxiliar Ministerial